

## O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RANGLER PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISTIANI MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIZ CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARILANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SÉRGIO MALSUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Lula não é dono do Brasil

estadodigital#wsmuniz30@gmail.com



**O demiurgo petista diz que a Vale 'não pode pensar que é dona do Brasil', mas é ele quem não pode achar que o Brasil e suas maiores empresas privadas devem se submeter a suas vontades**

O presidente Lula da Silva expôs sua real visão sobre a forma como as empresas privadas devem atuar no País: submetendo-se integralmente às suas vontades. Mais uma vez, a vítima foi a Vale, alvo de pressão desbragada do governo para emplacar um aliado em seu comando.

“A Vale não pode pensar que é dona do Brasil. Ela não pode pensar que pode mais do que o Brasil. Então, o que nós queremos é o seguinte: as empresas brasileiras precisam estar de acordo com aquilo que é o pensamento de

desenvolvimento do governo brasileiro. É só isso que nós queremos”, afirmou Lula da Silva em entrevista à Rede TV!.

“Só isso”, nada mais. Pela espontaneidade da declaração, o presidente parece não ter se dado conta do absurdo que defendeu. Já seria suficientemente ruim se isso estivesse ocorrendo em qualquer companhia privada, mas a ofensiva que ocorre a olhos vistos se dá naquela que é a terceira maior empresa brasileira em valor de mercado e uma das maiores mineradoras do mundo.

Lula não tem legitimidade para parti-

cipar do processo sucessório da Vale – e tem plena consciência de sua impotência nesse caso. Assim como toda a sociedade, o petista sabe que a Vale não apenas foi privatizada há quase 27 anos, como também teve o controle acionário pulverizado em 2020 – ou seja, não tem um dono definido ou um acionista com participação suficiente para impor seus interesses aos demais.

A participação da Previ – fundo de pensão que, é bom que se diga, não pertence ao governo nem a Lula, mas aos funcionários do Banco do Brasil – é de apenas 8,7% do capital da Vale, o que lhe garante 2 dos 13 assentos do Conselho de Administração. Assim, ao petista, só resta constatar o restante do colegiado, a quem cabe a decisão de manter ou substituir o atual presidente da companhia, Eduardo Bartolomeo. Seu mandato vence em maio, e a pressão do petista foi suficiente para travar a sucessão e rachar o conselho ao meio.

Pela forma como o presidente se sente à vontade para cobrar a companhia, seria de imaginar que o País esteja em posição de dispensar empresas interessadas em investir no País. Se Lula da Silva faz isso com uma das poucas empresas brasileiras com capacidade para competir globalmente, que tipo de tratamento devem esperar as companhias estrangeiras que hesitam – com razão – em aportar recursos no Brasil?

É quase inacreditável que Lula invista contra um dos setores mais pujantes da economia brasileira e que contribui diretamente para a exuberância das contas externas. A indústria mineral exportou quase US\$ 43 bilhões no ano passado e gerou um superávit comercial

de US\$ 31,95 bilhões, quase um terço do saldo da balança comercial no ano passado, de US\$ 98,8 bilhões.

Tão fundamental para os bons resultados das contas externas foi o setor de petróleo. Também aí, o alvo é uma das maiores empresas do mundo e a maior do País. Nesse caso, a culpa foi do presidente da Petrobras, Jean-Paul Prates, que, em entrevista à *Bloomberg*, disse que a política de distribuição de dividendos será mais cautelosa para favorecer investimentos em energia renovável.

Não é o que parece – ao contrário. Foi o próprio Jean-Paul Prates quem anunciou que a Petrobras voltará a ter participação na Refinaria de Mataripe, na Bahia, vendida há menos de três anos. E foi também o ex-senador quem anunciou, ao lado do presidente Lula, a retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, empreendimento que, como poucos, simboliza os equívocos e a corrupção da era petista.

Mas a incoerência é apenas aparente. Lula está fazendo exatamente o que dele se esperava em seu terceiro mandato. Sente-se completamente livre para reeditar as políticas intervencionistas que adotou no passado, ignorando que venceu a disputa eleitoral de 2022 por uma diferença de apenas 2,1 milhões de votos e somente porque uma parte da sociedade não tinha mais estômago para suportar o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A Vale não é a dona do Brasil, mas a empresa nunca reivindicou essa condição. Já Lula parece, ele sim, achar que o Brasil e suas empresas privadas devem se submeter às suas vontades. ●

## Democracia, o esteio da economia

**Aniversário de 30 anos da URV, base do Real, serve para lembrar que a democracia ajudou a manter a estabilidade como um bem da sociedade – e políticos que a ameaçam são punidos nas urnas**

Hoje, 1.º de março, completam-se 30 anos da entrada em vigor da Unidade Real de Valor, conhecida como URV – a inovação monetária que abriu o caminho para a chegada do real e permitiu ao Brasil estabilizar sua moeda e vencer a inflação. Ali começava oficialmente o Plano Real, o mais bem-sucedido plano de estabilização e ponto de partida do mais longo período de avanço social e econômico em nossa história. Num país que conviveu com planos de curto prazo, populismos de toda ordem e sucessos seguidos de descontinuidade e fracasso, o Plano Real atravessou mandatos de seis presidentes de diferentes colorações ideológicas e partidárias, enfrentou turbulências e superou o risco de políticas irresponsáveis ocasiona-

mente adotadas em períodos anteriores às eleições. Mas manteve a essência da estabilização de preços e da permanência de um mesmo padrão monetário, dois feitos notáveis para um país que chegou a ter quatro moedas em apenas oito anos.

Essa longevidade, a despeito dos momentos de riscos, é fruto de dois fatores essenciais, que devem ser reafirmados no presente e no futuro. Um, mais evidente, é a qualidade da concepção e da execução do Plano Real. Liderado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, aquele admirável grupo de economistas – entre os quais André Lara Resende, Persio Arida, Edmar Bacha, Gustavo Franco e Pedro Malan – corrigiu os erros dos fracassados planos anteriores, invariavelmente ancorados em congelamentos de pre-

ços, e tornou o plano um impulso para reformas modernizantes, sem as quais os riscos de insucesso seriam maiores.

O segundo fator é de natureza política e menos notada até aqui: a democracia foi a força que manteve a economia nos trilhos nesses 30 anos. Coube à democracia ser a sustentação para que a estabilidade dos preços se tornasse um bem da sociedade brasileira, um dos pilares de seu funcionamento, e os políticos que ousam ameaçá-la costumam ser punidos nas urnas. Essa dinâmica democrática como segredo do sucesso e da longevidade do Plano Real foi destacada esta semana pelo economista Persio Arida, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*. “Uma estabilidade de preços é um valor do povo brasileiro. O governante sabe que, se der inflação, ele estará politicamente morto”, disse.

Juntamente com André Lara Resende, Persio Arida foi autor do texto teórico que deu origem ao Real, o chamado “Plano Larida”. Foi nesse trabalho, publicado em 1984, que ambos pensaram a ideia de um plano capaz de romper a dinâmica de alta de preços criando um sistema de duas moedas: a antiga, inflacionada, e uma nova, que teria seu valor corrigido diariamente. No Plano Real, a moeda corrigida foi a URV, como uma unidade de valor que transplantaria a economia da moeda anterior para o real, a nova moeda que seria formalmente instituída em julho de 1994. Salários,

benefícios previdenciários e contratos do setor público foram convertidos em URVs e, assim, tiveram seu valor protegido contra a inflação, enquanto os preços seguiram na moeda antiga. O ex-ministro da Fazenda Mario Henrique Simonsen definiria a URV como “o mais genial e criativo invento de nossa história econômica”.

Mesmo genial e criativo, um invento não se sustenta no tempo sem condições políticas para tal, e sem lideranças capazes de apoiá-lo. Razões pelas quais a dinâmica democrática é tão fundamental, conforme sublinhou Arida. Como ele lembrou, a inflação foi de 12% a 200% ao ano durante a ditadura militar sem que houvesse nenhum plano de estabilização para controlá-la. Isso seria improvável em contextos democráticos, pois o controle da inflação tornou-se um sistema de pressão sobre os políticos. Ninguém quer ver repetir o flagelo que atormentou o País durante décadas, registrou picos de até 2.500% ao ano e puniu especialmente os mais pobres.

Lideranças lulopetistas de memória curta volta e meia tentam desacreditar essa conquista – não custa lembrar que, de olho nas eleições, apenas Lula e o PT foram contra o Plano Real. Mas são rejeitados por uma premissa essencial do nosso tempo: não se trata mais de uma escolha, e sim de uma imposição do Brasil democrático. ●